

## A Axiomática da Tagarelíce, ou Spivak e Denegação dos Estudos Pós-Coloniais

Pedro Pereira

sobre Gayatri Chakravorty Spivak.

*A Critique of Postcolonial Reason. Toward a History of the Vanishing Present.*

Cambridge and London: Harvard University Press, 1999.

Em texto recente, Miguel Tamen aduz algumas razões para a ausência dos chamados “estudos pós-coloniais” em Portugal. A hipóstase da língua em pátria, e o conseqüente olhar de avestruz que impede a problematização do fenómeno histórico, político e filosófico do colonial e do seu “pós,” explicaria tal ausência. Obviamente que Miguel Tamen terá sobre o assunto um discurso mais elaborado do que aquilo que é possível e desejável aqui adiantar, mas suponhamos que o leitor não-especializado e animado de salutar curiosidade concorda com esta ideia-base e que, por isso mesmo, decide procurar fora do ambiente doméstico um esclarecimento sobre esse ramo de estudos que se deixa designar por um título tão críptico. O mais certo é que se depare nos escaparates—virtuais ou tradicionais, conforme o aventureirismo e voluntarismo do leitor—com o mais recente livro da controversa professora da Columbia University, Gayatri Spivak, e que, dado o carácter promissor do título, se decida a adquiri-lo. Mas, e lamento ter de aqui em diante de desempenhar o papel de arauto da desgraça, todo o honesto entusiasmo cedo dará lugar a um desapontamento sem medida. Esta “Crítica da Razão Pós-Colonial,” que com os ilustres antepassados (i.e., a trilogia crítica kantiana, a *Crítica da Razão Dialéctica*) onde vai em má consciência surripiar o nome não partilha nem o rigor, nem a profundidade, nem a oportunidade, mais devera chamar-se “Manual da Prolixidade” ou “Como Atingir a Consumação da Perplexidade Sem Consequência” ou ainda, e sintomaticamente, “Há Algo de Podre na Academia Americana.” É verdade que se repete aos quatro ventos que os tempos não estão para as grandes narrativas filosóficas, para os compêndios e cartilhas de leitura (mas esses mesmos discursos já traziam implícita a necessidade de se pensar o seu fim, a sua clausura) mas, se *A Critique of Postcolonial Reason* é tudo o que nos resta para continuarmos a pensar, a ler e a escrever, então é caso para gritar ao telemóvel da metafísica: volta Descartes, estás perdoado!

A primeira razão para a perplexidade do leitor face a este livro está no paradoxo mesmo da sua elaboração. Spivak pretende nele levar a cabo, não sabemos bem se uma leitura “desconstrutiva,” marxista ou crítica no sentido kantiano, do campo de estudos que ela mesma ajudou a criar e a desenvolver no único país onde tal campo faz sentido: os Estados Unidos da América. E faz sentido apenas aí não porque sejam os Estados Unidos o único espaço político e cultural a debater-se com questões de natureza hegemónica entre os diversos multi-culturalismos, reais ou de produção académica, mas porque esse campo, o campo da “teoria,” é ou foi produzido por uma realidade institucional (e também como reacção a essa realidade) que, se não é exclusivamente americana, conhece no entanto as suas condições de emergência num panorama histórico que é o da realidade académica americana dos anos 60 do século passado. O que há de estranho na iniciativa de Spivak é não tanto a intenção de levar a cabo uma leitura crítica do discurso pós-colonial, mesmo quando ela é a pitonisa desse mesmo discurso; o facto de nos últimos anos muitas vozes se lhe terem juntado, a tal ponto que começa já a ser difícil falar de “discurso pós-colonial” no singular, poderia bem suscitar uma intervenção crítica no sentido de exercício de uma vigilância sobre o discurso próprio e o alheio, com o fito de não apenas separar o trigo do joio mas sobretudo avaliar o percurso efectuado e estabelecer claramente os limites e as potencialidades, isto é, o rendimento teórico e prático da sua inscrição no debate de ideias. Não é isto, no entanto, o que acontece. Dada a proliferação de interrupções de cariz autobiográfico (ou mesmo narcisista, já que deparamos neste livro com diversas referências de Spivak a si mesma na terceira pessoa), poderíamos pensar que se trata de uma autobiografia intelectual ou até de uma retratação, segundo a fórmula encenada nas *Confissões* de Sto. Agostinho. Mas não. Trata-se apenas de a um tempo promover e denegrir o conceito de pós-colonial, numa estratégia sem estratégia que nem sequer pode merecer a hostilidade dos detractores de serviço que, obedecendo à inércia das instituições, habitualmente classificam de “esteticismo,” “nihilismo,” “diletantismo” e outros mimos que tais toda a iniciativa teórica no seio dos estudos literários. Se de esteticismo se tratasse, este livro seria como que um breviário do onanismo enquanto vanguarda. Não é todavia por falta de um plano que o livro se revela pantanoso; é antes pela absoluta heterogeneidade entre o plano estabelecido e a execução que a esse plano deveria obedecer. Essa heterogeneidade torna-se desconcertante quando sabemos que o livro está já há muito tempo em gestação—as referências à sua feitura encontram-se em entrevistas que,

realizadas nos anos oitenta, foram publicadas em 1990 no volume *The Post-Colonial Critic. Interviews, Strategies, Dialogues* (New York and London: Routledge, 1990).

O livro é composto de um prefácio da autora, seguido de quatro capítulos respectivamente intitulados de "Philosophy," "Literature," "History" e "Culture," e de um Apêndice com o título de "The Setting to Work of Deconstruction," cujo equivalente português seria algo como "Pondo em Marcha a Tarefa da Desconstrução." Um aviso à navegação: qualquer semelhança entre aquilo a que Spivak chama desconstrução e aquilo a que Jacques Derrida há mais de 30 anos nos vem ensinando é mera coincidência. E isto é tanto mais desconcertante quando, como veremos, faz parte do conceito que a própria autora tem do seu livro o explicitar a relevância da desconstrução, no sentido derrideano, para a leitura do discurso pós-colonial. De resto, foi Spivak quem traduziu para inglês, em 1974, a obra que muita controvérsia traria para os meios bem-pensantes americanos: *De la Grammatologie*, e quem no ano passado pôs à disposição dos leitores uma edição revista da sua tradução. Mas sobre isso mais diremos adiante. Perdoem-me agora se cito em extensão as declarações iniciais do prefácio:

"A minha intenção era, no princípio, apreender a figura do Nativo Informador através de várias práticas: filosofia, literatura, história, cultura. Cedo me apercebi que a investigação acusava um sujeito colonial destacando-se do Nativo Informador. Depois de 1989, comecei a aperceber-me de que um certo sujeito pós-colonial tinha, por sua vez, estado a recodificar o sujeito colonial e a apropriar-se da posição do Nativo Informador. Hoje, com a globalização a todo o vapor, a informática telecomunicativa apropria-se directamente do Nativo Informador em nome do conhecimento da realidade indígena e avança com a bio-pirataria." (Spivak, ix, tradução minha)

Temos portanto um objectivo delimitado. Alguém nos deveria poder dizer, no entanto, porque razão a expressão "Native Informant," que é cunhada por Spivak e apresentada como proposta conceptual essencial deste livro, surge em maiúsculas. É que não só esse conceito não nos é explicitado aqui, como nunca chega a sê-lo claramente ao longo das quatrocentas e quarenta e oito páginas deste livro. Depois, mais adiante, a expressão "native informant" surgirá em minúsculas, sem que saibamos se isso se deve a uma despromoção do conceito, ou apenas a uma das muitas distrações que ocorreram durante

a revisão de provas. Apenas sabemos, por intuição, que se trata de um conceito importante. E quem quiser que se desunhe. Entretanto, ficamos também a saber que a perspectiva do “native informant,” que informa este livro, não é uma perspectiva inerente aos textos analisados (o que revela então uma certa arbitrariedade na sua escolha), ao contrário daquilo que a autora dá a entender nos comentários iniciais do prefácio quando afirma estar interessada em “aprender a figura do Native Informant através de várias práticas”; trata-se antes de um conceito que, por muito interessante que seja (mas nesta altura o leitor não pode ainda ajuizar do interesse ou relevância do conceito, porque ele não foi explicitado), é afinal imposto por Spivak, desde fora, aos textos a que inflige o seu interesse crítico. Vejamos: “No decurso desta incessante operação, um momento inapreensível a que eu chamarei ‘o informador nativo’ é vitalmente necessário aos grandes textos (...)” (4). Vejamos agora a primeira definição do conceito de ‘informador nativo’: “Penso no “informador nativo” como um nome para aquela marca da expulsão do nome do Homem—uma marca rasurando a impossibilidade da relação ética.” (6) Perceberam? Eu também não. Talvez porque este livro pretenda rasurar o privilégio dos “white male scholars,” e a falsa transparência da Razão Ocidental. Pretende também colocar-se no “rasto da atenção ao outro,” mas, convenhamos, se o outro é antes de mais o leitor, então a ética anda nas ruas da amargura. Quem se interessa tanto pela perspectiva do “outro” devia começar por escrever um livro que fosse legível. Frases como, e perdoem-me se não traduzo: “the in-choate in-fans ab-original para-subject cannot be theorised as functionally completely frozen in a world where teleology is schematised into geography” ou “In the pleasant pause after this musing-cum-fathering, an act that is also a deliberately staged scene of (future) writing, Susan grows drowsy” (192) revelam um irredimível mau gosto e um pretensiosismo que a distanciam irremediavelmente da realidade que pretensamente narra, a da “mulher pobre do Sul” (6, sublinhado da autora), e funcionam antes como o santo-e-senha do bem cotado clube dos professores exilados da era pós-colonial. Para quem fala este livro? Pois bem, para todos aqueles que, tal como Spivak acham que “nós, nas humanidades, lidando com a posição do outro enquanto posição ‘sujeit’(iva), temos também de variar as nossas pressuposições dependendo do texto com que estejamos a lidar”(sublinhado meu) (9). Isto é, nós, os ecléticos para quem tudo vale, podemos teorizar sobre tudo o que nos dê na gana, porque para tal somos pagos. E tanto mais bem pagos quanto mais “vale tudo” for a nossa leitura. Basta ir a uma sessão da MLA pa-

ra ver quem dá mais. Tudo em prol da avant-garde. E a “axiomática do imperialismo,” a quem era suposto esta teoria desestabilizar, agradece. Já em entrevistas anteriores Spivak tinha afirmado “Sou uma pessoa muito eclética. Uso tudo o que me vem à mão. Não sou uma fundamentalista” (*The Post-Colonial Critic* 55). Esta ameaça era para ser levada a sério. Em *A Critique of Postcolonial Reason* Spivak revela-se marxista, desconstrucionista, althusseriana, jamesoniana, tudo a um só fôlego, e isso ressent-se na qualidade das suas análises: se o livro tem um plano claramente estruturado, de acordo com as áreas do conhecimento a que supostamente se dedica, já não se pode dizer o mesmo da sua execução: não se entende por exemplo porque razão se intitula o segundo capítulo de “Literatura” quando, não obstante se iniciar de facto aí uma leitura de obras que a convenção aceita como “literárias,” o que acontece é uma sobreposição de perspectivas as mais diversas, com a exclusão da literária. E o mesmo se poderia dizer em relação ao capítulo “Filosofia” e ao capítulo “História.” Sobre este último, medite o leitor no alcance desta afirmação: “O meu objectivo, por contraste, é específico à minha situação pedagógico-institucional. Tento repetidamente desfazer a raramente analisada oposição entre colonizador e colonizado implícita em muito discurso colonial. (...) Também procuro preencher, ainda que de um modo necessariamente imperfeito, a lacuna do discurso do colonizado, e sugerir um método que seja apropriado para os departamentos de inglês ou de estudos culturais, mas que obviamente não o será para o historiador especialista em história da Índia” (46). Creio que este comentário é perfeitamente explícito sobre a situação de clausura da “teoria” no discurso pós-colonial de Spivak e, num sentido mais lato, no contexto académico americano. Assume-se por um lado uma perspectiva inter e/ou transdisciplinar, como alibi para uma leitura descuidada e desatenta quer ao pormenor quer ao contexto, e de seguida neutraliza-se essa interdisciplinaridade num regionalismo e num disciplinarismo demasiado clubistas. Assim, cabe perguntar porque razão não são apropriadas para o trabalho do historiador especialista as intuições válidas para os departamentos de inglês/estudos culturais. O desafio de uma perspectiva trans-disciplinar rigorosa está justamente na possibilidade que oferece de ler em relevo, de ver a outra face do investimento institucional, de problematizar o que é silenciado pela prática especialista. Spivak revela-se aqui uma má aluna do seu reverenciado mestre Derrida.

No primeiro capítulo Spivak pretende levar a cabo uma explicitação da relação entre a “axiomática do imperialismo” (4) e a produção discursiva euro-

peia, nomeadamente na filosofia. Para tal fornece-nos uma leitura da “Analítica do Sublime” de Kant, de vários textos de Hegel, e do conceito marxiano de “Modelo Asiático de Produção.” Mas as análises nunca se detêm suficientemente nos textos de referência, os contextos são completamente rasurados, e estabelecem-se comparações inesperadas com textos de proveniências as mais diversas sem que se avancem as bases críticas para tais comparações. Por exemplo, e ainda no primeiro capítulo, aproxima-se Hegel (mas não sabemos a quem se refere este nome, porque na página 62 ficamos a saber que Hegel é apenas uma “metonímia”) ao *Srimadbhagavadgita*, sem que nos seja dada qualquer indicação sobre as razões ou a necessidade de tal aproximação. Por muito interessante ou inovador que seja confrontar uma produção textual europeia a um produto do terceiro mundo (os parâmetros são de Spivak e não meus), não há aventureirismo que resista quando esse confronto não nos fornece um argumento. O capítulo dedicado à literatura centra-se numa análise de textos de Charlotte Bronte e Mary Shelley, Jean Rhys e Mashaweta Devi. Ainda que perspicaz, esta análise é meramente ideológica e conteudal, desatenta à “letra” e à trama em que tais textos se escrevem. Para alguém que se diz desconstrucionista, este exercício à maneira da antiquada e tão desprezada análise literária vem mesmo a matar. O capítulo intitulado “História” toca em assuntos na ordem do dia para todos aqueles que se preocupam com o “escrever história,” isto é, com as negociações sobre o estatuto da verdade histórica. Compreende-se a relevância deste tópico para o discurso pós-colonial, qualquer que seja a facção em que se mova. Na ordem do dia no espaço anglo-saxónico e americano em particular, estes assuntos já de há muito se discutem na esfera francesa, desde pelo menos o tempo dos “Annales.” Na Alemanha teríamos de recuar a Schleiermacher e Dilthey, e com mais proveito a Heidegger e a Gadamer. Num livro recheado de referências (e isto diz-se em abono de Spivak—o seu livro pode ser ilegível e pretensioso, mas não se pode negar o facto de ser um livro bem informado), estranho a ausência destes nomes. Opta-se antes, e por razões óbvias, por discutir o trabalho de gente como Hayden White e Dominick LaCapra, que de há uns anos a esta parte têm trazido para o foro reflexões sobre o estatuto da história nos estudos literários que irão repercutir-se ainda por muito tempo no lado de cá e de lá do Atlântico. A análise crítica que Spivak nos propõe é muito pertinente e oportuna: ela procura desmascarar, por um lado, o privilégio que White atribui aos estudos literários enquanto instância de legitimação do carácter tropológico do trabalho histórico, e, ao mesmo tempo, desacreditar a dicotomia, ca-

ra a White e LaCapra, entre arquivo e literatura. Preocupa-se também em mostrar como o trabalho destes dois teóricos tem uma dívida insaldada e irreconhecida em relação ao trabalho de Jacques Derrida e da desconstrução: “Talvez porque pôde ter à sua disposição o trabalho pioneiro de White e uma exposição mais benigna a Derrida, Foucault e Lacan, a posição de Dominick LaCapra parece ser a um tempo mais ousada e mais temperada” (204). Por muito brilhante que sejam as observações de Spivak neste campo, elas limitam-se contudo a repetir aquilo que o filósofo francês disse já em distintas ocasiões, quer em vários dos seus livros quer em colóquios e conferências organizadas, por exemplo, nos Estados Unidos. Como referência deixo aqui duas declarações de Derrida sobre estes assuntos, extraídas do texto que apresentou por ocasião do colóquio “The States of ‘Theory,’” realizado em Irvine e cujas actas foram publicadas em livro em 1990. A tradução é da minha responsabilidade. “Mas como teorias, este Marxismo e este novo historicismo têm pelo menos um traço em comum no estado presente da sua crítica. É que instituem-se a si mesmos em reacção a um pós-estruturalismo desconstrucionista que nada é senão uma figura ou uma reapropriação estabilizadora da desconstrução, ou então um mito caricatural projectado por Marxistas e novo-historicistas apenas para consumo privado ou por incompreensão” (Derrida 90); e, um pouco mais adiante: “Têm em comum nada menos do que o facto de as suas mais significativas características presentes provirem de dentro do espaço da desconstrução e consistirem na sua marcada oposição ao desconstrucionismo estabilizador” (Idem). “Desconstrucionismo estabilizador” é um epíteto que assenta como uma luva ao tique desconstrucionista de Gayatri Spivak. Se me permiti citar em considerável extensão estas declarações de Derrida é porque o seu nome é de longe o mais citado ao longo deste livro. No índice contam-se pelo menos 30 entradas, e há ainda todas as notas de rodapé e o Apêndice que lhe é exclusivamente dedicado. Há claramente uma dívida a ser saldada, e Spivak faz sabê-lo de inúmeras maneiras. Logo nas primeiras páginas do primeiro capítulo, na nota 4, podemos ler: “Esta relação dentro/fora com algo chamado ‘desconstrução,’ a ser mencionada numa nota de rodapé antecipatória, é também um dos fios condutores deste livro” (3). Um pouco mais adiante, “Tendo em conta que parte da tarefa deste livro reside em mostrar como a desconstrução pode servir a leitura (...)” (17). Os exemplos poderiam multiplicar-se quase indefinidamente, porque quase não se passa uma página deste livro sem que o nome de Derrida não seja convocado. Há no entanto algo de decididamente fora do lugar nesta excessiva ad-

miração: a tentativa mesma de apropriar-se da desconstrução como se de um método ou uma cartilha de leitura se tratasse, isto é, aquilo mesmo contra o qual Derrida nos vem prevenindo há pelo menos trinta anos a esta parte. O excesso de zelo demonstrado por Spivak em relação à obra do “mestre” é como que uma narrativa subterrânea que vai progressivamente tomando conta da superfície, e é também a meu ver o principal motivo do falhanço do projecto encetado neste livro. Pela simples razão de que não se pode basear uma leitura crítica (neste caso, do discurso pós-colonial) num conjunto de postulados cujo valor e significado não foram previamente estabelecidos, mas sim aceites como catecismo de uma verdade que no entanto se recusa veementemente à transmissão catequética. Por outras palavras, é como se Spivak pensasse que a desconstrução aconteceria neste livro pela simples invocação de um “discurso” desconstrucionista, isto é, de uma ficção por si mesma construída a partir de uma interpretação deficiente e apressada da obra de Derrida. No artigo que acima citei, apresentado no colóquio “The States of ‘Theory,’” podemos ler: “A desconstrução não consiste em nada, não tem qualquer status, simplesmente não ocupa lugar, ela não tem qualquer lugar que pudesse ser-lhe atribuído. Nesse sentido, a Desconstrução não tem qualquer estatuto, qualquer estatuto teórico. Não existe nenhum manifesto para ela, nenhuma manifestação dela enquanto tal” (93). E, mais claramente: “Por exemplo, uma asserção, uma declaração com a qual eu estaria de acordo: a Desconstrução não é nem uma teoria nem um método, não é sequer um discurso, nem um acto, nem uma prática. É aquilo que acontece, aquilo que está acontecer hoje naquilo a que eles chamam a sociedade, a política, a diplomacia, a economia, a realidade histórica, etc.” (Derrida 85). Se insisti neste ponto, e se me permito citar com esta extensão um texto que não é o que aqui está sob escrutínio, é apenas porque pretendo dar ao leitor um pano de fundo contra o qual se possam ler as prolixas declarações de Spivak sobre o assunto. E, insisto, aqui reside o nó górdio da questão do falhanço deste discurso crítico da pós-colonialidade. Na recensão que deste livro publicou na *London Review of Books*, Terry Eagleton passa por alto esta questão, talvez porque, no fundo, a sua interpretação marxista da desconstrução padeça do mesmo equívoco fundamental. Assim, Eagleton critica Spivak pelo facto de abraçar acriticamente um discurso desconstrucionista, o que em si mesmo é uma crítica justa (como de resto é muito justa, ainda se severa, a sua recensão), mas acaba por repetir o erro que critica quando aceita como autêntica e inquestionável a versão da desconstrução fornecida. Terry Eagleton é um crí-



tico demasiado sagaz para fazer destas coisas com impunidade. A verdade é que lhe interessa muito mais a relação de Spivak com o discurso de Marx do que com qualquer outro dos muitos discursos à venda no mercado de acções da MLA. Mas, no que diz respeito a Derrida, é justamente este rótulo de “discurso,” bem como a mecânica da sua imposição institucional o que deveria merecer a mais atenta vigilância (Cf. Eagleton, Terry “In the Gaudy Supermarket,” *London Review of Books*, vol. 21, n.º. 10, May 31, 1999).

No último capítulo, “Cultura,” Spivak discute, entre outras coisas, a muito mal pensada relação entre pós-estruturalismo e pós-modernismo. Esta discussão está bem informada, recorrendo a Habermas e a Fredric Jameson, mas acaba por ser muito dúbia quando deixa em aberto, na análise do famoso livro deste último (*Postmodernism or, The Cultural Logic of Late Capitalism*), o estatuto da desconstrução no espaço da relação supra citada.

Nem tudo são cardos. Há vários pontos positivos, dos quais eu destacaria o profundo conhecimento que Spivak revela ter do panorama teórico contemporâneo, associado a um igualmente sólido entendimento da realidade académica americana, das suas potencialidades enquanto teatro de discussão, bem como dos limites institucionais da dimensão política da escrita teórica. Mas o que pensar de um livro que, saído do seio dessa mesma realidade, vem ao mundo dizer que “grande parte da teoria pós-colonial americana é conversa fiada”?